



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2015

(Do SR. JOAO FERNANDO COUTINHO)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas produtoras de medicamentos, alimentos e material de limpeza a utilizar a escrita “braile” nas embalagens de seus produtos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas produtoras de medicamentos, alimentos e material de limpeza ficam obrigadas a usar o sistema de escrita em relevo Anagliptografia -“Braile” nas embalagens de seus produtos contendo as seguintes informações:

I - Nome do Produto;

II - Prazo de validade;

III - Informações básicas sobre seu uso.

§ 1º. Tratando-se de embalagens secundárias de medicamentos, constará no sistema Braile o nome ou do princípio ativo

§ 2º. As empresas terão prazo de 06 (seis) meses para adequação a partir da entrada em vigor da Lei

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esse mesmo projeto foi apresentado pela então Deputada Federal Ana Arraes.

Nossa Constituição Federal trás em seu bojo de comandos destinados a garantir a cidadania e erradicar a marginalização das pessoas (art. 1º, inciso II e art. 3º, inciso



CÂMARA DOS DEPUTADOS

III). Por outro lado, a Carta Magna determina a obrigação do Estado em proteger e integrar socialmente as pessoas portadoras de deficiências. A Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 24, inciso XIV, é clara ao afirmar:

"Artigo 24. Compete à União, aos Estados, e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências".

O deficiente físico, via de regra, conserva sua acuidade mental; pode, pois, julgar situações e decidir, desde que lhe seja garantido acesso idôneo ao fato concreto. No caso dos deficientes visuais, existe o "método braile", que lhes permite a leitura de escritos. A presente proposta exige o uso da escrita braile nas embalagens de medicamentos, alimentos e materiais de limpeza contendo o nome do produto, prazo de validade e informações básicas sobre seu uso, tendo por objetivo a identificação dos produtos pelos deficientes visuais sem que fiquem na dependência de pessoas amigas para descobrir o que tomar ou o que comer e para que não haja confusão ao ministrar esses produtos. Por essas razões é que estamos a solicitar o apoio de nossos nobres pares desta Casa para a rápida transformação de nossa proposição em Lei.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2015.

JOÃO FERNANDO COUTINHO
Deputado Federal
PSB/PE